

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 13

FOLHA ONLINE - SP - CONGRESSO NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

TCU decide alíquota da CBS da reforma tributária nesta quarta (28) 3

PORTAL R7 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Simples Nacional: prazo para escolher novo modelo termina na sexta-feira 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresas pedem reformas e "diálogo aberto" 6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Militares preveem mudanças na relação com o governo 8

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
SEGURIDADE SOCIAL

Setor produtivo pede ajuste fiscal e continuidade 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alckmin é o mais cotado para assumir a Fazenda 12

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

O governo Lula 4 começa sem tempo para transição - THOMAS TRAUMANN 13

PORTAL UOL - REPORTAGEM
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo avalia editar MP do Imposto Seletivo até a próxima semana 15

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula 4 precisa entregar mudanças reais ao povo com deficiência 16

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Cenário para empresas muda após vitória de Lula 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Vídeo de Nikolas tem efeito reverso 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Mau humor derruba Bolsa e dólar dispara 22

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

"O cidadão precisa saber em que lugar está na fila do SUS" 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Disparada dos juros exige cautela e títulos atrelados à inflação são opção 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Lula precisa de guinada para evitar que disparada do dólar vire recessão 26

Terça-Feira, 27 de Outubro de 2026

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Durigan coordena com BC intervenção do Tesouro no mercado..... 27

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Pausa na negociação é mecanismo de proteção ao investidor..... 28

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

"SERÁ PRECISO DAR UMA GUINADA DE 180° NA ECONOMIA"..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

"Reação dos mercados é excessiva, mas Lula deve agir em três meses"..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Republicanos e PL concentrarão mais de 60% dos orçamentos estaduais em 2027..... 34

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

IBGE promete atualização metodológica nos próximos meses..... 36

TCU decide alíquota da CBS da reforma tributária nesta quarta (28)

Márcia Magalhães

Eduardo Cucolo

O TCU (Tribunal de Contas da União) analisa na próxima quarta-feira (28), a partir das 10h30, o cálculo da alíquota de referência da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), criada pela **reforma tributária** para substituir PIS, Cofins, IOF sobre seguros e parte do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). O processo administrativo sobre o caso está na pauta do tribunal.

O órgão tem até 31 de outubro para encaminhar ao Senado os cálculos da alíquota. Os senadores terão até 22 de dezembro para analisar o percentual, que pode ser alterado pela Casa.

Cumpridos os prazos, a contribuição poderá ser cobrada em janeiro, sem necessidade de observar o prazo de 90 dias para instituição de **tributos**. Se a alíquota não for fixada pelo Senado a tempo, será utilizada aquela calculada pelo tribunal.

Durante a tramitação da reforma, o Ministério da Fazenda estimou uma alíquota entre 8,53% e 9,05%, a depender do nível de conformidade do novo sistema. Os parlamentares, no entanto, aumentaram o número de bens e serviços com benefícios fiscais, o que elevou o percentual estimado para 9,21%.

A empresa de tecnologia tributária Roit estima que a alíquota de referência seja de 9,43%.

Cálculos apresentados pelo economista Sérgio Gobetti recentemente, com base nas projeções de receita para o Orçamento de 2027, apontam um valor em torno de 11%. A estimativa inclui 9,7% para alcançar a receita de referência do PIS/Cofins e IOF seguros, mais 1,1 ponto percentual para cobrir a maior parte da arrecadação do IPI - o Imposto Seletivo só cobriria 40% da receita do imposto sobre industrializados.

Segundo o PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2027, o governo precisa arrecadar o equivalente a cerca de 5% do **PIB** (Produto Interno Bruto) com esses **tributos**, de modo a manter a carga tributária do período 2012-2021, como determina a trava da reforma contra aumento dos **impostos**. Isso

representa R\$ 725 bilhões.

A receita prevista com a CBS é de R\$ 636,8 bilhões (4,3% do **PIB**), valor que será arrecadado de fevereiro a dezembro. Para janeiro, é projetada uma entrada de cerca de R\$ 46 bilhões (0,3% do **PIB**) com os **tributos** que serão extintos sobre fatos geradores de 2026.

O projeto também aponta uma arrecadação de R\$ 41,9 bilhões para o Imposto Seletivo (0,3% do **PIB**), valor que cobre pouco mais de 40% da receita atual com o IPI.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2026/10/tcu-decide-aliquota-da-cbs-da-reforma-tributaria-nesta-quarta-28.shtml>

Simples Nacional: prazo para escolher novo modelo termina na sexta-feira

Adicione como fonte preferencial no Google

As micro e pequenas empresas do Simples Nacional têm até sexta-feira (30) para escolher a forma do recolhimento dos novos **tributos** da **reforma tributária**, que começam a vigorar em 2027.

Com a reforma, os **impostos** ICMS, ISS, PIS e Cofins serão substituídos por dois novos: IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).

A empresa deverá decidir se quer pagar o IBS e a CBS dentro do boleto único do Simples ou pelo regime regular (por fora), o chamado híbrido. A validade dessa escolha será para os meses de janeiro a junho de 2027.

Essa nova não se aplica ao MEI (microempreendedor individual).

Segundo levantamento da **Receita Federal**, até o dia 16 de outubro, foram registradas 917.331 solicitações de opção pelo regime regular do IBS e da CBS.

O prazo estava previsto inicialmente para 30 de setembro, mas foi estendido para 30 de outubro.

Depois, as micro e pequenas empresas terão de 3 de novembro a 20 de dezembro para desistir das opções. O prazo vale tanto para reverter a inclusão no Simples como para cancelar o recolhimento do IBS e da CBS a partir de 2027.

O que é o Simples?

O Simples Nacional é o regime tributário simplificado disponível para microempresas e empresas de pequeno porte que faturem até R\$ 4,8 milhões por ano.

O que também inclui o MEI (Microempreendedor Individual), modelo empresarial simplificado, com limite de faturamento anual de R\$ 81 mil, que passará para R\$ 110 mil em 2027 e para R\$ 140 mil em 2028.

Mas os MEIs não precisam fazer essa opção.

O que mudou

Com o novo sistema tributário, as empresas enquadradas no Simples Nacional poderão manter o recolhimento da CBS e do IBS dentro da sistemática simplificada. Ou optar pela apuração desses **tributos** pelo regime regular, mantendo os demais **impostos** no Simples. Essa segunda alternativa vem sendo chamada de Simples híbrido.

Novo formato

Atualmente, o Simples Nacional tem quase 26 milhões de optantes. Descontados os 17,6 milhões de MEIs, que não podem escolher o híbrido, restam 8,4 milhões de empresas.

No Simples integral, o crédito do comprador fica limitado ao IBS e à CBS devidos pelo fornecedor naquele regime.

No Simples híbrido, valem as regras do regime regular, e isso pode fazer a diferença na hora de uma empresa escolher se compra daquele fornecedor ou de outro, que pode ficar mais barato, por ter feito uma escolha mais adequada à sua realidade.

A Receita reforça a importância de que os contribuintes verifiquem sua situação e observem os procedimentos e prazos estabelecidos para a opção pelo regime tributário aplicável.

Passo a passo

Prazo

Perguntas e repostas

1 - E se não realizar a opção pelo recolhimento do CBS e IBS pelo regime regular em setembro/2026?

No primeiro semestre do ano de 2027, a empresa deverá recolher ambos os **tributos** na guia única do Simples Nacional. Porém, no mês de março de 2027, haverá uma nova oportunidade para realizar essa opção, que produzirá efeitos no segundo semestre do ano de 2027.

2 - Abri minha empresa no final de 2026. E agora?

Se você solicitar a inscrição do CNPJ entre 1º de outubro de 2026 e 31 de dezembro de 2026, a regra é

diferente para garantir que você não seja prejudicado:

3 - Quais são as vantagens para o contribuinte?

4 - Por que essa mudança ocorreu?

A finalidade é promover uma transição suave para o novo cenário decorrente da implementação do IBS e da CBS, preservando a coerência normativa e assegurando previsibilidade às microempresas e empresas de pequeno porte.

Fonte: **Receita Federal**

Busque no R7

Site: <https://noticias.r7.com/prisma/conta-em-dia/simples-nacional-prazo-para-escolher-novo-modelo-termina-na-sexta-feira-27102026/>

Empresas pedem reformas e "diálogo aberto"

• CIRCE BONATELLI, JÚLIA PESTANA, ANDRÉ MARINHO e TALITA NASCIMENTO

Sacramentada a reeleição do presidente Lula, representantes do setor empresarial reforçam demandas

Confirmada a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, representantes do setor empresarial reforçaram a cobrança por novas reformas, equilíbrio fiscal e medidas para aumento da competitividade do País. Entidades de varejo, indústria, serviços, telecomunicações e bancos também defenderam união nacional, estabilidade institucional e avanços regulatórios em suas áreas de atuação.

Entre as demandas, a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) defendeu a preservação da desoneração da cesta básica prevista na **reforma tributária**, para ampliar o acesso à alimentação e reduzir o custo de vida. A entidade também defendeu o debate sobre o fim da reeleição para cargos do Executivo. "A Abras coloca-se à disposição para contribuir com uma agenda que estimule a competitividade, a geração de empregos e a eficiência no abastecimento, garantindo à população produtos de qualidade a preços acessíveis", afirmou o presidente da entidade, João Galassi.

Já o Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV) ressaltou a importância de manter um diálogo "aberto, técnico e permanente" com o governo, sem apresentar demandas específicas. A Associação Brasileira da Indústria da Cerveja (CervBrasil) deu ênfase à superação das divisões políticas. "O Brasil é maior do que qualquer disputa. Desejamos que este novo mandato seja marcado pela capacidade de governar para todos", declarou o diretor-geral da entidade, Paulo Petroni.

José Roberto Tadros, presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), manifestou o desejo de que o novo mandato presidencial seja marcado pelo diálogo com o setor privado. "O setor produtivo precisa desempenhar um papel importante no diálogo sobre os caminhos do Brasil", disse ele. Tadros acrescentou que o País enfrenta desafios que exigem equilíbrio, responsabilidade fiscal, segurança jurídica e uma visão estratégica de longo prazo.

COMBUSTÍVEL. No setor de combustíveis, o presidente executivo do Sindicato Nacional das

Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom), Augusto Salomon, defendeu intensificar o combate ao crime organizado, diante de investigações que apontaram o uso de postos para lavagem de dinheiro e fraudes fiscais. "Esperamos que o próximo governo intensifique o combate a essas atividades, com maior integração entre os órgãos de fiscalização e segurança pública, para proteger os consumidores e assegurar condições justas de concorrência", afirmou, em nota.

Para 2027, Salomon citou como prioridades a implementação da Lei do Combustível do Futuro, os desdobramentos do RenovaBio, as regras tributárias para a Zona Franca de Manaus

no contexto da **reforma tributária** e a discussão sobre a chamada "bomba branca" (permite que um posto que exibe a marca de uma distribuidora comercialize combustíveis de outra origem em uma bomba separada).

O presidente executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo Lopes, afirmou que a agenda da indústria siderúrgica independe do governo e destacou a relação com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), especialmente na defesa comercial. No campo macroeconômico, ele apontou o equilíbrio fiscal, a redução dos juros e a recuperação da competitividade como prioridades. **QUESTÃO FISCAL.** "Para a retomada do crescimento econômico de forma sustentada, a condição básica é a questão fiscal. O segundo grande ponto é a recuperação da competitividade sistêmica, na qual a grande questão é a redução do custo Brasil", afirmou. Segundo ele, o Congresso com o qual Lula terá de negociar tende a ser mais desafiador do que no terceiro mandato do petista, embora possa haver convergência conforme as pautas.

A Conexis, associação que representa Algar, Claro, Sercomtel, Vivo e TIM, reiterou a disposição de manter o diálogo com o governo. Entre as pautas do setor, o presidente da entidade, Marcos Ferrari, destacou a soberania digital. "A soberania é um dos pontos importantes do conjunto de propostas que enviamos aos candidatos. E, nessa linha, temos convergência com as propostas do presidente reeleito", afirmou.

No setor financeiro, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) colocou sua "capacidade técnica à disposição" do presidente reeleito. Já a Associação Brasileira de Bancos (ABBC), que representa

instituições de médio porte, também manifestou disposição para dialogar com o novo governo sobre pautas de interesse do País.

"Estamos vendo um país dividido há bastante tempo", diz Schalka

O ex-presidente da Suzano e atual membro do conselho de administração da companhia, Walter Schalka, afirmou que a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva representa uma nova oportunidade de cumprir o lema da campanha de 2022 - "união e reconstrução" -, com reformas e melhora do ambiente econômico. "Estamos vendo um País dividido há bastante tempo, que não entrega para a população oportunidades de esperança, de crescimento e de

qualidade de vida. Lula tem agora a oportunidade de fazer reformas estruturais necessárias para crescimento constante e da natureza que precisamos", afirmou ele, ao

Estadão/Broadcast.

Ele defendeu mudanças na área de segurança pública, na Previdência, na Educação, na política de subsídios e na área fiscal. Na segurança, apontou a necessidade de enfrentar o domínio territorial de facções criminosas; na Previdência, de reduzir o déficit orçamentário. O empresário também cobrou um ajuste fiscal que permita reduzir os juros. "Hoje, temos o pé no acelerador de gastos e o pé no freio de juros."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Militares preveem mudanças na relação com o governo

Sucessão no comando das Forças Armadas é visto como ponto de atenção

Militares da ativa e da reserva foram às urnas no domingo (25) com uma certeza: independentemente de quem saísse vitorioso na eleição presidencial, as relações da caserna com o próximo governo, a partir de 2027, passariam por mudanças. Com a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a expectativa é de "continuidade", ainda que seja dada como certa a saída do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro. As discussões sobre o orçamento das Forças Armadas e eventuais alterações no sistema de proteção social dos militares devem continuar no horizonte.

Não foram fáceis as relações de integrantes do governo Lula e os militares neste terceiro mandato do petista. Alas mais ideológicas do Executivo sempre foram resistentes à ampliação dos recursos para as Forças Armadas, especialmente por causa do passado da ditadura militar e, mais recentemente, devido ao envolvimento de alguns integrantes dessas instituições com os movimentos golpistas que culminaram no 8 de janeiro de 2023. Mas o próprio presidente da República mudou de tom, depois da operação militar realizada pelos Estados Unidos em solo venezuelano que levou à captura do ditador Nicolás Maduro.

No dia 2 de agosto, durante convenção que lançou seu nome na corrida ao Executivo, Lula pediu para o seu campo política "parar com bobagem de achar que não temos que ter preocupação com a defesa nacional". "Precisamos investir na defesa nacional. Quero estar preparado para que ninguém invada o Brasil e possa levar o presidente", afirmou.

Múcio articulou pessoalmente a aprovação de uma medida no Congresso que estabelece R\$ 30 bilhões em investimentos nos projetos estratégicos das Forças, fora da meta fiscal, ao longo de seis anos. A medida é criticada por especialistas em contas públicas por driblar o arcabouço fiscal, mas foi considerada fundamental pela pasta por criar uma espécie de exceção ao engessamento do Orçamento e dar previsibilidade para os projetos estratégicos para os militares. Na prática, porém, a execução tem ficado abaixo do esperado.

Reconhecido por sua habilidade política, Múcio

conseguiu estancar a crise gerada pelo envolvimento de militares nos atos golpistas que culminam no 8 de janeiro. Há tempos ele tem sinalizado que gostaria de deixar o Executivo, mas permaneceu no cargo a pedido do presidente.

Apesar da esperança nas cúpulas das Forças de que ele fique pelo menos um período do próximo mandato para assegurar uma transição mais tranquila, sua intenção é indicar a secretária-geral da pasta, Cinara Wagner Fredo,

para sucedê-lo.

Cinara é servidora de carreira do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), perfil que lhe daria lastro técnico para tratar de eventuais mudanças no regime de proteção social dos militares. O tema é sensível na caserna, uma vez que os militares argumentam que a carreira tem especificidades, mas pode entrar novamente em pauta em um contexto de discussão de mudanças na Previdência.

Um outro ponto de atenção é a sucessão no comando das Forças Armadas, que foram procuradas pelo Valor. O ministro da Defesa também foi procurado, mas não concedeu entrevista.

Na visão de fontes que acompanham as discussões, na Marinha e na Aeronáutica já havia favoritos, independentemente de quem vencesse as eleições. Na Marinha, o nome citado é o do almirante de esquadra Arthur Fernando Bettega Corrêa, chefe do Estado-Maior da Armada. Em relação à Força Aérea, o cotado é o tenente-brigadeiro Walcyr Josué de Castilho Araujo, chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

A situação no Exército é considerada mais incerta, e o desfecho dependia mais de quem ganhasse e a tradição de indicação por antiguidade não é vista como algo inflexível.

Um nome considerado forte é o do chefe do Estado-Maior do Exército, o general Francisco Humberto Montenegro Junior, que é visto internamente como "um quadro excepcional", mas é próximo ao atual comandante da Força, general Tomás Ribeiro Paiva, e não é o mais antigo. O primeiro da lista de antiguidade é o atual secretário de Economia e Finanças do

Exército, general Luciano Guilherme Cabral Pinheiro. Há quem argumente que a observância do critério de antiguidade dá mais tranquilidade internamente, seja qual for o governo de turno. Por outro lado, também tem quem alegue que a escolha do comandante é uma prerrogativa do presidente da República e do ministro da Defesa, a qual precisa ser respeitada.

No caso de uma eventual vitória de Flávio Bolsonaro (PL), as perspectivas seriam distintas. A expectativa é que o candidato da oposição não repetisse o que seu pai fez, quando foi eleito em 2018. Segundo um interlocutor de Flávio, a leitura é de que Jair Bolsonaro chegou à Presidência da República em um "susto" e que "não conhecia muita gente". "Por isso, ele saiu colocando os amigos militares dele lá. Com Flávio não é assim, tem muitos quadros competentes, tem programa, tem composição partidária e já tem essa discussão prévia", avalia essa fonte.

Em outra frente, seriam maiores as chances de requisição das Forças Armadas para atuação no combate ao crime organizado, inclusive com possível retomada das operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLOs) nesse front.

Também cresceriam as chances de adesão do Brasil ao Escudo das Américas, lançado em março de 2026 durante uma reunião de líderes do continente na Flórida, a convite do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. O Brasil não foi chamado para a iniciativa de cooperação na área de segurança.

"Durante o governo de Jair Bolsonaro, essa aproximação assumiu um caráter simbiótico. O presidente se apoiou nos militares, e eles aproveitaram a chegada ao poder de um político cuja trajetória estava intimamente ligada

ao militarismo", diz o professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador na área da Defesa Juliano Cortinhas.

Para a pesquisadora e professora de Defesa e Gestão Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Adriana Marques, no caso da vitória de Flávio, deputados e senadores com origem na caserna também poderiam ganhar maior protagonismo. "Pautas que não avançaram, como a isenção de Imposto de Renda para integrantes das Forças Armadas e a proposta de fixar na Constituição um investimento em defesa equivalente a 2% do PIB, poderiam ganhar força em um eventual governo de Flávio Bolsonaro, compondo um "pacote de bondades" para os militares", avalia a especialista.

Setor produtivo pede ajuste fiscal e continuidade

"Precisamos de uma taxa de juros para investimento que seja a metade dessa atual" José Velloso

O setor produtivo defende que o novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), reeleito no domingo (25), apresente um plano de ajuste fiscal que permita a redução da taxa de juros para as empresas. Por outro lado, associações apoiaram a continuidade de políticas setoriais consideradas importantes, por exemplo, a política nacional de minerais críticos, a agenda de concessões de infraestrutura, a manutenção da alíquota zero para a cesta básica e o fim das apostas on-line.

"A taxa [de juros] para investimento, hoje, está entre 18% e 20%. É muito alta. Nós temos que ter uma taxa para investimento que seja praticamente a metade dessa, que tenha um dígito. E a taxa de capital de giro precisaria ser reduzida em 40% a 50%", disse José Velloso, presidente da Abimaq, entidade que representa os fabricantes de máquinas e equipamentos no país.

Para isso, ele defende que Lula resolva com urgência a questão fiscal, organizando as contas públicas, com medidas como a reforma administrativa e a revisão da **Previdência Social**, além da reformulação do orçamento público com o enfrentamento das emendas parlamentares.

Os caminhos que o governo vai seguir para conduzir a política fiscal são questionados. O fim da vinculação da saúde à arrecadação pública, por exemplo, que é vista por muitos economistas como uma das alternativas, não deverá ser implementada no mandato Lula 4.

"Em sua campanha, o presidente Lula sempre defendeu o SUS de forma enfática. Mas, ao mesmo tempo, há necessidade do ajuste fiscal. Então, aumentar ou reduzir o orçamento para saúde fica muito complicado. Acredito que haverá uma manutenção, mas seu desafio é encontrar outros meios", disse Antonio Britto, diretor-executivo da Anahp, associação de hospitais, ex-governador do Rio Grande do Sul e ex-ministro da Previdência.

Para Velloso, a reação negativa dos mercados na segunda-feira (26) após eleição era esperada, já que pesquisas indicavam como mais provável a vitória de

Flávio Bolsonaro (PL), que foi apoiado pelo setor financeiro.

Já Venilton Tadini, presidente-executivo da Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base), avalia que a tensão no mercado financeiro deverá se ajustar rapidamente.

"É normal esse primeiro sintoma, porque as estruturas dos bancos têm esse objetivo, fazem uma estrutura de apostas e operações de mercado futuro, mas isso se ajusta muito rapidamente, isso não nos preocupa", disse ele, que avalia que o governo eleito deverá dar sinais de ajustes e que é inviável manter esse nível de atrito com o setor produtivo e com o mercado financeiro.

Ele afirmou que essa turbulência não deverá, por exemplo, impactar as diversas licitações de infraestrutura marcadas para o fim deste ano. "Aqueles que irão participar já estão equacionados, a menos que os projetos não tenham relação de risco-retorno bem estruturada", disse.

Para Tadini, a expectativa é que a agenda das licitações de infraestrutura siga normalmente. "Acreditamos na continuidade do programa, é o que acontece desde 2017. Acabou o ranço ideológico de transferir a operação para a iniciativa privada."

A Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) disse, em nota, que o principal teste de curto prazo do novo ciclo será a realização dos dois primeiros leilões de reserva de capacidade para contratação de sistemas de baterias, marcados para os dias 2 e 4 de dezembro. "A entidade destaca a importância da definição das condições de custeio dos certames e defende que eles inaugurem uma agenda recorrente e anual de contratação de armazenamento", afirmou. Para a Absolar, será preciso diálogo institucional e construção de consensos nos próximos anos.

No setor de minerais críticos, a reeleição de Lula também aponta uma manutenção da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), nos moldes em que ela já vinha sendo discutida.

A política, que criou um conselho vinculado à Presidência da República para tirar operações

societárias consideradas sensíveis à soberania nacional, tem até dezembro para ser integralmente regulamentada, prazo apertado para amarrar todos os nós atualmente pendentes.

"Agentes ligados ao governo já estão procurando dar celeridade para alguns decretos [da nova lei], e alguns vão impactar diretamente o conselho de minerais críticos, como quais projetos vão passar por esse conselho ou não", disse Marisa Cesar, presidente do conselho da Associação de Minerais Críticos (AMC), que reúne empresas da cadeia produtiva de minerais como lítio, níquel, grafite, terras raras e cobre.

O detalhamento sobre quais projetos estariam sujeitos a esse crivo ainda é um dos pontos de preocupação do setor, que deve ser esclarecido conforme o conselho passe a ser regulamentado.

Uma mudança de governo neste momento, disse, poderia alterar os moldes em que a política tinha sido formatada até o momento. "Mesmo que Lula já tivesse definido alguns critérios, o Flávio poderia mudar a formatação dessa política e desse conselho", disse a dirigente.

Sobre desafios que a gestão petista terá adiante, a entidade citou o de diminuir a taxa de juros e alcançar uma composição de governo multipartidário que consiga dialogar com o Congresso Nacional, no qual o Partido Liberal (PL) alcançou a maior bancada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) também defendeu a manutenção de políticas adotadas pela gestão petista. Entre elas, a entidade cita a alíquota zero para a cesta básica, prevista na **reforma tributária**, o fim das apostas on-line, que aumenta o endividamento das famílias e compromete a renda destinada à compra de alimentos, e a preservação das novas regras do vale-alimentação e do vale-refeição no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

Alckmin é o mais cotado para assumir a Fazenda

VERA ROSA ALVARO GRIBEL COLABOROU FLÁVIA SAID

Vice-presidente se aproximou muito de Lula, tem a simpatia do mercado e defende o ajuste das contas públicas

Da página A1 O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) terá papel de destaque no quarto mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Desde 2023, Alckmin se aproximou muito de Lula, ganhou sua confiança e é hoje um dos nomes mais cotados para ocupar o Ministério da Fazenda.

Nas duas vezes em que fez pronunciamentos na noite deste domingo, após a vitória nas urnas, o petista elogiou Alckmin e pediu para que ele falasse na sua frente. "Feliz do presidente que tem um vice da qualidade, lisura de comportamento e lealdade que tenho no Alckmin", afirmou Lula, ao comemorar o resultado das urnas em um hotel da capital paulista.

Ex-ministro do Desenvolvimento,

Indústria e Comércio no terceiro mandato de Lula, o vice-presidente foi governador de São Paulo quatro vezes e é conhecido por uma obsessão: a **reforma tributária**. Tem perfil fiscalista e o apreço do **mercado financeiro**.

Economistas que conversaram com o Estadão, sob a condição de anonimato, disseram que o nome de Alckmin seria bem recebido pelos investidores. O vice teve papel de destaque nas conversas com o governo americano durante o tarifaço que atingiu o Brasil, e soube ouvir as demandas dos setores da indústria mais afetados, sem se deixar levar pelo sentimento de vingança contra o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Há relatos de que, ao longo do mandato, o ajuste fiscal foi abordado diversas vezes entre Alckmin e Lula, e que o vice sempre demonstrou preocupação com o aumento da dívida pública. Um desses interlocutores afirmou que Alckmin "conhece todos os números" e sabe do nível de superávit primário que o governo vai precisar atingir para equilibrar as contas.

Em 2024, o ex-tucano chamou a atenção quando decidiu viajar de classe econômica para a China, ao

contrário de outros ministros que optaram pela classe executiva.

Além disso, Alckmin sempre demonstrou preocupação com os gastos da Vice-Presidência como forma de sinalizar austeridade. Por isso, teria reduzido despesas em relação a seu antecessor, o general Hamilton Mourão (Republicanos), hoje senador. Da mesma forma que Lula, Alckmin também entende que o ajuste não pode recair sobre os mais pobres nem provocar uma recessão a curto prazo.

O corte de gastos tributários está entre as medidas apontadas por economistas como essenciais para o ajuste que precisa ser feito nas contas públicas, assim como mudanças nas regras de indexação do salário mínimo e dos pisos com Saúde e Educação.

FONTELES. Questionado se aceitaria assumir o Ministério da Fazenda no próximo mandato, Alckmin afirmou que ainda não recebeu convite e disse que Lula tem tempo para definir os nomes que vão compor o novo governo. A posse do presidente está marcada para 5 de janeiro de 2027.

"Esse convite não me foi feito e cada coisa tem o seu tempo. Acabou a eleição agora", afirmou Alckmin ontem, à Rede Vanguarda, afiliada à TV Globo em São José dos Campos (SP). "O novo governo começa na primeira semana de janeiro do ano que vem. Então, tem tempo para o presidente Lula montar o seu ministério."

Uma ala do PT defende para a Fazenda o nome do governador reeleito do Piauí, Rafael Fonteles, que integrou a coordenação da campanha do presidente no segundo turno e se destacou bastante. Fonteles foi secretário da Fazenda do Piauí de 2015 a 2022 e é visto por setores do PT como um dos possíveis sucessores de Lula, em 2030.

Até agora, no entanto, a tendência do presidente é nomear para a Fazenda um nome de sua inteira confiança, palatável ao mercado, mas que não seja do PT.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O governo Lula 4 começa sem tempo para transição - THOMAS TRAUMANN

THOMAS TRAUMANN

O governo Lula 4 começa hoje, sem tempo para transição. Depois da virada histórica no segundo turno, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva inicia o seu quarto mandato com um mercado financeiro tão hostil quanto no primeiro governo, em 2003, e um ambiente tão conflagrado como na tentativa de golpe de 2023.

A maior pressão, contudo, é a da sociedade para que ele faça uma gestão diferente do que foi o governo Lula 3.

Quatro nomes terão lugares privilegiados na formação do novo governo. O senador Camilo Santana (PT-CE), que reorganizou a campanha no segundo turno, poderá ser o futuro chefe da Casa Civil. O governador reeleito do Piauí, Rafael Fonteles (PT), também só foi incorporado à campanha no segundo turno e ganhou a confiança do presidente. Se quiser ser ministro (o que o obrigaria a renunciar ao governo), vai poder escolher a pasta. O deputado federal André Janones (Rede-MG), que comandou os 10 milhões de soldados do canal de WhatsApp "Exército de Lula" atropelou o PT e será ministro no novo governo. O vice Geraldo Alckmin, esquecido no primeiro turno, foi peça fundamental para Lula ganhar 2,6 milhões de votos no estado de São Paulo. Se a crise financeira ficar feia, será o nome para o Ministério da Fazenda.

A surpreendente reeleição de Lula foi um cataclisma para o mercado financeiro. Apostando

na derrota do presidente, o mercado passou a noite de domingo negociando uma alta de 10% do dólar. Ao longo da semana, a previsão é de queda histórica na Bolsa de Valores de São Paulo. Os próximos dias serão de tensão, com os investidores estrangeiros em busca de uma fuga para outro país. Será o maior teste da gestão do presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, que passou dezembro de 2024 e janeiro de 2025 operando para derrubar o dólar de R\$ 6,30 para R\$ 5,70.

Mau perdedor, Flávio Bolsonaro anunciou que vai pedir a anulação das eleições, o que vai inflamar as ruas com protestos similares aos dos dias seguintes à derrota de seu pai, Jair, em 2022.

Lula venceu com um país dividido e uma crise

financeira contratada, mas só ele teve 64 milhões de votos e tem a caneta para reduzir a temperatura da crise.

-Já tem gente falando: "o Lula vai ter muita dificuldade para governar, porque o Congresso está mais conservador". Eu não escolhi o Congresso, foi o povo que escolheu. E é com ele que eu vou votar, vou trabalhar e vou aprovar as coisas -disse Lula no discurso da vitória.

Durante a campanha, Lula se reaproximou do presidente do PSD, Gilberto Kassab. Ele também negociou com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (UniãoAP), a indicação do ex-senador Rodrigo Pacheco para a vaga aberta no STF, concessão que vai lhe garantir apoio para aprovar o que precisar até a sua posse.

Lula irá apoiar a reeleição de Alcolumbre no Senado e a de Hugo Motta (Republicanos-PB) na Câmara, ambos aliados contra o bolsonarismo.

Lula foi surpreendido com a derrota no primeiro turno. De acordo com ministros e assessores, ele aprendeu com as maiores manifestações de ruas da esquerda da história, e a inédita reorganização das redes sociais. A sua vitória no segundo turno se deveu menos ao que fez no terceiro mandato e mais à rejeição majoritária da população ao bolsonarismo. Lula venceu porque o medo do bolsonarismo serviu de combustível para uma virada histórica. Compreender essa realidade será fundamental para reorganizar o novo governo.

O grande investigado

Em uma conversa difícil no ano passado, quando disse que não haveria candidatura presidencial de Tarcísio de Freitas pois seria ele o candidato, Flávio Bolsonaro ouviu do senador Ciro Nogueira: "Flávio, você está pronto para ficar sem mandato?". Ofendido, Flávio não respondeu. Desde domingo à noite, a perspectiva de ficar sem mandato a partir de fevereiro assombra Flávio.

Seu principal flanco de preocupação é o advogado Willer Tomaz, seu amigo, investigado em ao menos dois inquéritos no Supremo. Há anos, Brasília considera que Willer é Flávio e Flávio é Willer.

Portanto, tudo que for descoberto sobre Willer pode levar a Flávio.

A Polícia Federal investiga Willer em um inquérito relacionado ao escândalo do **INSS**. A PF escreveu em um relatório que Willer atuava como um "hub financeiro, patrimonial e logístico" do esquema. Em outro inquérito, a PF investiga Willer por suspeita de lavagem de dinheiro em negócios com bets. Uma nota técnica da Secretaria de Prêmios e Apostas, do Ministério da Fazenda, mostrou que ele movimentou mais de R\$ 5 bilhões em apostas no ano passado e sacou ao todo mais de R\$ 200 milhões, considerando reapostas. O relator desse inquérito é justamente o ministro Alexandre de Moraes, o inimigo número 1 do bolsonarismo. Na sexta-feira, Moraes mandou bloquear até R\$ 6 bilhões em bens de Willer, quebrar seus sigilos bancário, fiscal e cambial, suspender seus passaportes e paralisar as atividades de todas as suas empresas. Independentemente de Willer, Flávio é investigado pela PF por suspeita de corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas no financiamento do filme "Dark horse", para o qual pediu R\$ 134 milhões ao banqueiro Daniel Vorcaro. Assim como acontece com Ciro Nogueira, a partir de fevereiro Flávio será um senador sem mandato com problemas com a PF.

Os perdedores no Supremo

A vitória de Lula é uma derrota diretamente proporcional para os ministros Kassio Nunes Marques e André Mendonça. No STF e no TSE, os dois trabalharam pela vitória de Flávio Bolsonaro. O resultado muda a situação de ambos na guerra travada dentro do Supremo.

Como disse a repórter Andréia Sadi, da GloboNews, a guerra iniciada no Supremo com o caso Master é para ver quem indica os próximos quatro ministros que serão escolhidos até 2030.

Mas, se Alexandre de Moraes carrega o peso de ligações financeiras com o banqueiro corrupto Daniel Vorcaro, Nunes Marques convive com a suspeita de ter sido favorecido por Vorcaro com favores financeiros e o fornecimento de prostitutas. É praticamente impossível Nunes Marques sofrer impeachment num Senado dominado pela direita, mas isso não quer dizer que ele terá forças para ir além da sobrevivência.

A vitória de Lula da Silva dá sobrevida a Moraes. Terá meses para se vingar do bolsonarismo no papel de relator do inquérito que investiga Willer Tomaz, o amigo que pode criar problemas judiciais para um Flávio Bolsonaro sem mandato.

A AGENDA COM O CONGRESSO

Até janeiro, o governo Lula tem uma série de desafios no Congresso. A Medida Provisória que proíbe as apostas on-line perde validade em 25 de novembro, podendo ser prorrogada por outra MP por mais dois meses. O lobby pró-bets é majoritário no Congresso.

A partir de 15 de dezembro, os trabalhadores passam a ter direito a duas folgas por semana sem redução de salário. No mesmo dia, a jornada máxima semanal passa de 44 para 42 horas, caindo para 40 horas em dezembro de 2027. Setor mais impactado pela mudança, o comércio varejista terá de se adaptar ao novo modelo no início do movimento de compras de Natal. Não será simples. Aprovada depois de mais de 30 anos de tramitação, a **reforma tributária** entra em vigor em 1º de janeiro, embora exista uma pressão para o adiamento mesmo dentro do governo. Para atrasar a implantação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, que substitui o PIS, Cofins e parte do IPI) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, que substitui o ICMS e o ISS), seria preciso aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição. Raramente se consegue uma mobilização tão poderosa no fim de ano. Enquanto isso, os prazos para a implantação da reforma seguem correndo. O Tribunal de Contas da União tem até esta sexta-feira para enviar ao Senado o cálculo da alíquota da CBS. O Senado tem prazo para aprovar a nova alíquota até 15 de dezembro.

Com a vitória, Lula vai nomear o ministro do TCU e ex-senador Rodrigo Pacheco para a vaga do Supremo Tribunal Federal. A aprovação será fácil. O Brasil, segundo o Laboratório de Impacto Climático da Universidade de Chicago, será o quinto país mais afetado pelo fenômeno El Niño, com enchentes e chuvas prolongadas no Sul e no Sudeste e seca no Centro-Oeste, no Norte e no Nordeste. Haverá quebra na safra e aumento dos preços. Economistas consultados pelo Banco Central estimam que a **inflação** de 2027 vai subir 0,5 ponto percentual exclusivamente em função do El Niño. Lula 4 precisa revisar o orçamento do seguro agrícola, o esquema de distribuição de estoques de grãos da Conab e se preparar para ajudar os estados em caso de calamidades.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo avalia editar MP do Imposto Seletivo até a próxima semana

Jéssica Sant'Ana

A atual equipe econômica do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva avalia editar até a próxima semana a medida provisória (MP) com as alíquotas do Imposto Seletivo, conhecido popularmente como "Imposto do Pecado", segundo apurou o UOL. O tema será levado para avaliação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Imposto Seletivo foi criado pela **reforma tributária** e vai incidir sobre bens e serviços que fazem mal à saúde ou ao meio ambiente. A ideia é desincentivar o consumo desses itens.

O tributo vai incidir sobre: veículos; embarcações e aeronaves; cigarros e demais produtos derivados do tabaco; bebidas alcoólicas; bebidas açucaradas (refrigerantes e outros); bens minerais; e concursos de prognósticos. Também havia a previsão de cobrança sobre as bets, mas elas foram proibidas pelo governo de atuar no país via outra medida provisória.

A expectativa era que a MP com as alíquotas do Imposto Seletivo fosse publicada até o dia 2 de outubro deste ano, para que o tributo pudesse entrar em vigor em 1º de janeiro de 2027, mas o governo adiou o envio devido ao receio de que a proposta o prejudicasse eleitoralmente.

Passada a eleição, o tema volta à mesa, já que o tributo foi criado pela **reforma tributária**, faltando apenas a definição das alíquotas para entrar em vigor. A ideia para 2027 é que não haja aumento da carga tributária para os setores atingidos. Com isso, eles tendem a pagar de Imposto Seletivo o que já recolhem atualmente a título de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Como o Seletivo é um tributo que precisa aguardar 90 dias após a publicação das alíquotas para entrar em vigor, a sua cobrança se daria somente a partir de fevereiro de 2027, caso a MP seja realmente publicada até a próxima semana.

Ao mesmo tempo, o governo vai enviar ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para prorrogar a cobrança do IPI. Essa prorrogação valerá até o Imposto Seletivo entrar em vigor e somente para os bens e serviços que estarão

sujeitos ao "Imposto do Pecado".

O objetivo é evitar que produtos como cigarro e bebidas alcoólicas fiquem um mês sem pagar IPI e sem pagar Seletivo. Por isso, haverá a cobrança de IPI até o Seletivo entrar em vigor.

O IPI será praticamente extinto a partir do próximo ano, incidindo apenas sobre alguns produtos para preservar a competitividade das fábricas instaladas na Zona Franca de Manaus. A regra consta na emenda constitucional da **reforma tributária** do consumo.

Site: <https://economia.uol.com.br/columnas/jessica-sant-ana/2026/10/27/governo-avalia-mp-com-aliquotas-do-imposto-seletivo-ate-a-proxima-semana.htm>

Lula 4 precisa entregar mudanças reais ao povo com deficiência

--

Prioridade para a regulamentação da avaliação biopsicossocial da deficiência e da acessibilidade digital. Lula 3 retomou o programa Viver sem Limites, afastou o modelo médico da deficiência, instituiu a Lei da Linguagem Simples, decretou uma Política Nacional de Educação Especial Inclusiva mais atualizada, impediu a aplicação do grau da deficiência para quem busca o Benefício de Prestação Continuada e manteve o BPC vinculado ao salário mínimo, mas aprovou a **Reforma Tributária** com direitos reduzidos, que foram retomados após ação das instituições e julgamento no STF. Maior conquista da população com deficiência neste século foi a Lei Brasileira de Inclusão, sancionada por Dilma Rousseff em 2015, em vigor há 11 anos. Episódio 241 da coluna Vencer Limites no Jornal Eldorado (Rádio Eldorado).

--

--

Único presidente eleito quatro vezes para comandar o Brasil, democraticamente, pelo voto popular, Luiz Inácio Lula da Silva já está eternizado na história do nosso País, mas ele pode transcender a própria mitologia e se tornar uma figura muito mais poderosa se, nos próximos quatros anos, olhar para a população com deficiência com atenção mais ampla, para promover mudanças reais e, de fato, transformar a inclusão, para entregar uma realidade que vá além dessa perpétua expectativa que nunca se concretiza.

A maior conquista da população com deficiência neste século é a Lei Brasileira de Inclusão (nº 13.146/2015), sancionada por Dilma Rousseff, em vigor há 11 anos. Estabeleceu, por exemplo, que a discriminação da pessoa pela deficiência é crime (Art. 88), que pode ser punido com até cinco anos de prisão. Esse artigo, sozinho, tem sido fundamental no combate à exclusão, aplicado em denúncias, investigações policiais, inquéritos na Justiça e condenações.

Há uma providência urgente para duas pautas essenciais do povo com deficiência, ambas previstas na LBI, que podem conduzir essa transformação: a regulamentação da avaliação biopsicossocial da deficiência (Art. 2) e da acessibilidade digital (Art. 63). Identificar uma pessoa com deficiência de maneira

precisa, para garantir sua presença e participação na sociedade, e assegurar que essa pessoa tenha pleno acesso a todo o universo digital, sem barreiras tecnológicas, são pontos fundamentais. E houve avanços recentes nessas duas temáticas.

Acessibilidade digital - Está em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2251/2025, da senadora Mara Gabrilli (PSD-SP), que institui o Dia Nacional da Acessibilidade Digital. A data escolhida, 11 de março, faz referência ao lançamento da ABNT NBR 17.225 (11/3/2025).

No Senado, esse PL já foi aprovado no plenário, depois de passar pelas comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e de Educação e Cultura. Em março deste ano, foi remetido à Câmara dos Deputados.

A meta desse movimento é regulamentar o artigo 63 da LBI, estabelecendo a norma NBR 17.225 como o padrão nacional para acessibilidade digital em websites, além de propor e aprovar no Congresso uma alteração neste mesmo artigo 63 da LBI para inclusão de obrigatoriedade de acessibilidade digital também em aplicativos, com base na ABNT NBR 17.060.

Nova norma técnica, a ABNT NBR 17225 estabelece requisitos para facilitar e otimizar o acesso de todas as pessoas com necessidades de acessibilidade situacionais, temporárias ou permanentes, principalmente as com deficiência, aos ambientes virtuais, com o objetivo de eliminar ou mitigar as barreiras para utilização de websites. São 146 orientações, divididas entre requisitos e recomendações sobre temas como interação por teclado, imagens, cabeçalho, uso de cores e formulários. Abarca questões relacionadas ao desenvolvimento de sites, contempla boas práticas sobre gerenciamento de projetos, design e produção de conteúdo.

Em junho, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou um ação civil pública para que o governo federal regule o artigo 63 da LBI e apresente em 120 dias um plano de transição para adaptar os sites oficiais. O ainda governo não cumpriu essas exigências e há uma decisão liminar que dá 180 dias para a apresentação de um plano, o que amplia o prazo para o primeiro semestre de 2027.

Avaliação biopsicossocial da deficiência - Em 2024, foi apresentado pelo governo federal, na 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o relatório produzido durante um ano pelo grupo de trabalho instituído no Decreto nº 11.487, de 10 de abril de 2023. O documento afasta o modelo médico da deficiência, reafirma a adoção do Instrumento de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM) e define a estrutura para implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Deficiência (SISNADEF).

Em julho do ano passado, o senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou, em entrevista exclusiva ao blog Vencer Limites (Estadão) , que a regulamentação da Lei Brasileira de Inclusão é uma prioridade absoluta, especialmente no que diz respeito à avaliação biopsicossocial , disse também que a avaliação é fundamental, pois inúmeras políticas públicas aguardam a definição clara do que caracteriza a deficiência .

Há algumas semana, a Associação Nacional de Apoio às Pessoas com Deficiência (ANAPcD) ajuizou no Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade para questionar a falta de regulamentação da avaliação biopsicossocial da deficiência no País. De acordo com o STF, Cármen Lúcia, ministra relatora, solicitou informações às autoridades responsáveis pela alegada omissão .

--

Site: <https://www.terra.com.br/nos/lula-4-precisa-entregar-mudancas-reais-ao-povo-com-deficiencia,ab0434f0ecfb459acf7bbb28357af4f1h3vqxt04.html>

Cenário para empresas muda após vitória de Lula

Nova expectativa penaliza companhias alavancadas e sensíveis à política monetária

A surpreendente reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), sobre o senador Flávio Bolsonaro (PL) no segundo turno realizado no domingo (25), provocou uma rodada de rebalanceamento de preferências entre os analistas. Alguns setores, como os de logística, locação e transportes, além do varejo, sofreram forte desvalorização no pregão da segunda-feira.

Diante da perspectiva de manutenção de juros mais altos por um período prolongado, os bancos começaram a refazer as contas de taxas de desconto e de custo de capital próprio das companhias.

O novo cenário penaliza companhias alavancadas e sensíveis à política monetária, mas ao mesmo tempo impulsiona exportadoras de commodities e redireciona a atenção para empresas com receitas previsíveis ou balanços considerados blindados.

No setor de petróleo, gás e distribuição de combustíveis, o Bradesco BBI cortou o preço-alvo das ações preferenciais da Petrobras de R\$ 62 para R\$ 55, mas manteve recomendação de compra. As ações da petroleira terminaram ontem a R\$ 53,88, queda de 8,18%

Os analistas liderados por Vicente Falanga avaliam que a visão operacional construtiva da estatal sob o novo mandato petista continua, amparada na consistência de produção e na sustentação das cotações internacionais de energia em 2027.

O banco enxerga melhor assimetria nas ações de distribuidoras de combustíveis, como Vibra Energia e Ultrapar, ancoradas em perfis operacionais mais defensivos e na ligação direta com melhores fundamentos setoriais. As ações da Vibra caíram ontem 10,08%, a R\$ 32,21. Já a Ultrapar fechou em R\$ 35,24, queda de 8,59%.

A escalada das taxas de desconto atinge as empresas de serviços públicos, com o Bradesco BBI vendo que o ambiente pós-eleitoral restringe a atratividade do setor frente aos títulos de renda fixa.

Os analistas liderados por Francisco Navarrete

apontam que, neste cenário, Eneva e Axia Energia se beneficiam por terem fluxos de caixa de menor prazo de maturação, enquanto Sabesp e Copel têm boas perspectivas operacionais.

No segmento de saúde, o UBS BB aponta que o resultado forçará investidores a desmontarem as posições agressivas assumidas após o primeiro turno, quando os papéis haviam saltado entre 17% e 33% pela possibilidade da vitória de Flávio Bolsonaro.

Segundo o analista Olavo Arthuzo, a nova estratégia exige migração para ativos de alavancagem baixa, alta liquidez e remuneração ao acionista, apontando Bradsaúde, Rede D'Or e Fleury como opções de investimento.

Na contramão da pressão doméstica, as produtoras e exportadoras de commodities devem assumir a liderança dos ganhos e superar o desempenho médio da bolsa por conta da esperada valorização do dólar sobre o real, afirmam analistas do J.P. Morgan.

Os analistas Rodolfo Angele, Tathiane Martins Candini e Henrique Cunha calculam que, a cada oscilação de R\$ 0,20 na cotação do câmbio, o Ebitda (lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização) projetado da Suzano varia entre 5% e 6%, o da Vale, entre 4,5% e 5%, e o da Gerdau, entre 4% e 5%. A Suzano teve valorização de 10,08% ontem, enquanto Vale subiu 4,01% e Gerdau, 0,91%

O impacto mais imediato de aversão ao risco recaiu sobre Randoncorp, que teve sua recomendação rebaixada de compra para neutra pelo Citi, acompanhada por um corte no preço-alvo de R\$ 9 para R\$ 8,10. As ações ON da companhia caíram 22,52%, a R\$ 8,50.

Os analistas Andre Mazini, Kiepher Kennedy e Pietro Trotta enfatizam que a vitória de Lula deteriora a relação de risco e retorno da fabricante de implementos rodoviários diante do peso de sua estrutura de capital.

As empresas de logística, locação e varejo despencaram na B3. A Simpar fechou o dia com queda de 64,83%. A holding controla diversas empresas, como Movida e JSL, que também ficaram entre as maiores perdedoras fora do principal índice

da bolsa, recuando 58,49% e 50,32%, respectivamente.

Outra queda importante foi a da Ecorodovias, de 60,53%. A Lojas Quero-Quero, de materiais para construção, completava o pódio, com perda de 63,93%. Na lista das maiores quedas ainda estavam Armac, Grupo SBF, Pague Menos, Ânima e Riachuelo.

Analistas de diferentes casas vinham dizendo que empresas de locação de veículos e máquinas, que são intensivas em capital, poderiam estar entre as mais beneficiadas pelo cenário de redução dos juros precificado pelo mercado após o primeiro turno. Essas ações também haviam avançado consideravelmente desde então.

A Movida, por exemplo, teve o preço-alvo elevado por três bancos em outubro, enquanto a Ecorodovias teve dois aumentos, em todos os casos justificados pela perspectiva de redução dos juros.

Vídeo de Nikolas tem efeito reverso

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) passou de 20.173 para 24.739 votos em Luís Eduardo Magalhães (BA), onde o deputado federal Nikolas Ferreira (PL--MG) gravou um vídeo sobre a Região Nordeste. Assim, o petista ampliou a própria base eleitoral local em 4.566 pessoas (22,6%) entre o primeiro e o segundo turno das eleições de 2026.

Lula ainda perdeu no município, mas reduziu a vantagem aberta pelo então presidenciável Flávio Bolsonaro (PL). O senador recebeu 38.496 votos no primeiro turno e 39.688 no segundo, angariando 1.192 eleitores - apenas 3% a mais. Na Bahia, o presidente só ficou atrás em outras três cidades: Buerarema, Itamaraju e Teixeira de Freitas.

Com a legenda "O Nordeste que foi esquecido" o vídeo virali-zou com críticas de supostos eleitores ao PT e furou a bolha bolsonarista. Eram 7,7 milhões de visualizações e 1,4 milhão de comentários até ontem, um dia após o segundo turno.

O vídeo está fixado no perfil dele no Instagram e também foi publicado por aliados como o governador reeleito de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). A gravação, que tinha Grão de areia, do cantor Rubel com Xande de Pilares, como música de fundo, está atualmente sem som.

Nikolas se tornou alvo de críticas por retratar negativamente o município do oeste da Bahia - conhecido como a capital do agro, marcado por disputas fundiárias e detentor do 6º maior **PIB**

per capita do estado em 2023, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O

deputado federal se tornou cabo eleitoral de Flávio no Nordeste no segundo turno.

Lula se reelegeu com 51,79% dos votos em uma virada histórica no último domingo, contra 48,21% de Flávio, que havia ficado à frente no primeiro turno. A campanha do presidente, que irá para o quarto mandato, rebateu o vídeo ao argumentar que Nikolas depreciou o Nordeste, tradicional reduto eleitoral do PT.

O município foi batizado em homenagem ao ex-deputado federal Luís Eduardo Magalhães, morto por infarto em 1998. O político era filho do ex-governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães.

Site:

<https://edicao.correibraziliense.com.br/correibraziliense/2026/10/27/all.pdf>

Mau humor derruba Bolsa e dólar dispara

Como esperado, um dia após a confirmação da reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com vantagem de 4,4 milhões de votos no segundo turno das eleições gerais sobre o senador Flávio Bolsonaro (PL), o mercado financeiro operou, ontem, no modo pânico. A Bolsa chegou a desabar mais de 17%, e, por volta das 10h, foi preciso acionar o botão do leircuit breaker! p e-

la primeira vez desde a pandemia da covid-19. O dólar voltou a subir e registrou a terceira maior alta diária desde o início do Plano Real, em 1994, e os juros futuros dispararam para 15%, obrigando o Tesouro Nacional a intervir no mercado de títulos públicos.

Após a retomada do pregão da Bolsa, por volta das 10h35, o Índice Bovespa (IBovespa), principal indicador do B3, reduziu as perdas e oscilou menos, encerrado o dia aos 176.068, com queda de 13,88% - o quinto maior tombo desde o Plano Real, em 1994. As empresas listadas na B3 chegaram a perder R\$ 734 bilhões em um único dia.

Esse resultado reflete a frustração dos especuladores da Bolsa, que focam no day trade e buscam ganhos de curto prazo, pois torciam para a vitória do filho mais velho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por acreditar que o senador faria um ajuste fiscal maior do que o do petista. Com isso, após o resultado do primeiro turno, quando Flávio ficou à frente de Lula por 2,2 milhões de votos, a B3 bateu recorde histórico em 5 de outubro, em 5 de outubro, ao ultrapassar os 209,6 mil pontos no primeiro dia após o resultado das urnas.

O principal argumento para esse tombo é a falta de um ajuste fiscal da atual nova equipe econômica que Lula está começando a montar. Como a vitória do presidente não dependendo apenas do partido, mas de um grande número de eleitores que não são petistas e esperam uma agenda progressista com responsabilidade fiscal, uma vez que, sem isso, não haverá espaço no Orçamento para o pacote de "bondades" que Lula anunciou, como reajuste no Bolsa Família, Pé de Meia para universitários, novas edições do programa renegociação de

dívidas, o Desenrola, podem gerar um rombo de R\$ 300 bilhões se não houver receitas correspondentes.

Para a economista Monica de Bolle, pesquisadora sênior do Peterson Institute for International Economics (PIIE), de Washington, esse tombo da B3 reflete apostas equivocadas dos operadores do

mercado, que agora amargam prejuízos, que estão agindo com imaturidade, sem dar um tempo para o presidente Lula anunciar algum nome de peso, mas com perfil técnico e que possa ser respeitado pelo mercado e pelo chefe do Executivo para realizar medidas que serão necessárias para evitar um colapso nas contas públicas e comprometer as promessas de campanha no lado social. E, como o presidente avisou a equipe que só es-colheria os nomes depois da vitória, a escolha para os cargos-chave ainda deve demorar alguns dias.

"O presidente Lula precisa ter uma novidade para injetar confiança junto não apenas ao mercado mas aos investidores. Ele precisa sinalizar que vai buscar o centro e o consenso entre os aliados que o apoiaram para a vitória do terceiro mandato e a reeleição. E, nesse sentido, o mercado precisa amadurecer. Tem muita garotada fazendo firula" afirmou ela, acrescentando que o país não está quebrado. "É preciso dar um espaço para o governo fazer o trabalho agora e, para isso, é preciso respirar" afirmou.

André Perfeito, economis-ta-chefe da Garantia Capital,

também não vê motivos para o mercado acreditar que o país está quebrando para a queda de ontem nas B3, mas também reconhece que o nome para chefiar os ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento precisam ser respeitados pelo mercado. "O mundo não vai acabar. Tem muito ruído porque os especuladores apostaram contra o governo e agora haverá a correção e a Bolsa deve voltar ao que estava antes do início do movimento" disse. Ele reconheceu, contudo, que há muitos gastos que Lula anunciou durante o segundo turno que não cabem no Orçamento de 2027.

Mônica de Bolle também criticou os especuladores que estão frustrados com o resultado das urnas. "O povo resolveu apostar num cavalo manco que era o Flá-vio Bolsonaro até a última sexta-feira apostando que o candidato iria ganhar. Agora, há um movimento de correção, de toda maneira, porque o senador era um balão de ensaio" afirmou. Para ela, a equipe econômica de Flá-vio vinha perdendo credibilidade porque prometia medidas de ajuste duro de R\$ 200 bilhões a R\$ 250 bilhões de corte. E, ao mesmo tempo, o candidato fazia promessas parecidas com as de Lula e

que poderiam gerar um rombo fiscal superior a R\$ 500 bilhões, considerando estimativas conservadoras da

economista. "O mercado é assim. Uns ganham e outros perdem" afirmou ela, referindo-se aos especuladores, que apostam no cassino do pregão diário.

O mercado financeiro, principalmente os investidores de longo prazo e que apostam no país, aguardam nomes de peso para a equipe econômica. O vice-presidente Geraldo Alckmin é um dos nomes cotados para substituir o atual ministro da Fazenda, Dario Durigan, que evitou dar declarações, ontem, depois de uma entrevista ao jornal o Globo, não surtir efeito após o Tesouro Nacional ser obrigado a intervir no mercado recomprando cerca de R\$ 7 bilhões de títulos públicos.

Durigan assumiu a pasta após a saída do ministro Fernando Ha-ddad para concorrer ao governo estadual de São Paulo, sem sucesso. Na entrevista, disse que a equipe deve promover mudanças até mesmo na Constituição para buscar o centro da meta fiscal ainda neste ano - algo que não ocorre desde o início do atual governo, que só cumpre o arcabouço fiscal de forma contábil fazendo descontos de despesas, o que não impede a disparada na dívida pública bruta, que alcançou 82,9% do Produto Interno Bruto (**PIB**), em agosto.

Gustavo Cruz, estrategista-chefe da Sincra, lembrou que essa incerteza na indefinição da nova equipe econômica ainda pode se estender e, por isso, o mercado pode continuar tenso enquanto o governo não sinalizar medidas estruturantes e que melhorem as perspectivas do mercado para a economia. "Ninguém sabe dizer e justamente esse é o ponto. Quando o mercado financeiro sente dificuldade em desenhar projeções, os preços perdem referência e pioram muito. E agora, vale mencionar que as falas do Ministro Dario Durigan não tiveram efeitos no mercado, o que também é um sinal ruim" afirmou.

Por meio de nota, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) pediu urgência nas reformas estruturais para que a indústria nacional volte a crescer, trazendo desenvolvimento para toda a sociedade. "A federação defende a continuidade na queda da taxa de juros, mas para que essa trajetória seja sustentável, no entanto, é imprescindível avançar com firmeza no equilíbrio das contas públicas. Apenas a consolidação fiscal será capaz de reduzir os prêmios de risco de longo prazo, destravar os investimentos privados e fortalecer a produtividade e a competitividade da indústria brasileira, viabilizando um crescimento duradouro, com **inflação** sob controle e juros baixos" destacou a nota defendendo medidas que permitam que a indústria possa voltar a investir no país.

Menos uma Petrobras

Conforme levantamento feito por Einar Rivero, sócio-fundador da Elos Ayta, a perda em valor de mercado das ações da B3 responde a quase uma Petrobras, que é de R\$ 746 bilhões. "Isso significa que a Bolsa brasileira perdeu, em um único dia, o equivalente a 98,4% do valor de mercado da Petrobras" afirmou.

As maiores quedas da B3 foram de empresas de vários setores, como varejo e infraestrutura, cujas ações chegaram a encerrar o pregão de ontem com quedas superiores a 60%, com as da Lojas Quero-Quero SA (-65,93%), da Simpar SA (-64,86%) e da EcoRodovias SA (-60,53%). Na contramão, empresas exportadoras e incorporadoras encerram o dia no azul, como Suzano SA, alta acima de 10%, Tecnisa SA (8,97%), Embraer(+ 8,89%), Vale (+4,01%) e WEG (+4,21%).

De acordo com Rivero, entre 1994 e 2020 as maiores quedas do mercado brasileiro de ações tiveram a influência de acontecimentos externos sobre o mercado acionário brasileiro. A maior perda da amostra foi registrada em 10 de setembro de 1998, quando o principal índice da Bolsa brasileira recuou 15,83%, em meio à crise financeira russa e à fuga de capitais dos mercados emergentes. A segunda maior queda ocorreu em 27 de outubro de 1997, com desvalorização de 14,98%, durante a crise asiática. A pandemia de covid-19 concentra quatro das 10 maiores quedas nesse período.

Site:

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2026/10/27/all.pdf>

"O cidadão precisa saber em que lugar está na fila do SUS"

• **FABIANA CAMBRICOLI**

Ampliar o financiamento da saúde e dar transparência às filas de espera do Sistema Único de Saúde (SUS) precisam ser ações prioritárias da próxima gestão, conforme o sanitarista Walter Cintra Ferreira, professor de Políticas e Gestão de Saúde da FGV. Na visão dele, o atendimento especializado na rede pública, embora tenha crescido com o programa Agora Tem Especialistas, ainda precisa ser ampliado e aprimorado. Para isso, considera ser fundamental conhecermos o tamanho real da fila nacional.

Embora a gestão atual tenha prometido unificar as demandas hoje espalhadas entre hospitais, municípios e secretarias da saúde, isso ainda não foi apresentado. "A fila precisa ter transparência. O cidadão tem o direito de saber em que lugar está na fila para fazer um procedimento especializado", afirma o médico. E citou o programa de transplantes como referência de organização e transparência que deveria ser estendida aos demais procedimentos.

Para Ferreira, é necessário garantir, além do aumento da oferta de consultas, exames e cirurgias, o acompanhamento continuado do paciente. "Não basta a pessoa ser atendida, ela tem de ser atendida no momento certo, para se beneficiar daquele melhor momento para o seu tratamento."

Nesse sentido, ele diz que um dos desafios do próximo governo será fazer com que municípios, Estados e União atuem de forma coordenada. Na avaliação do sanitarista, a dimensão territorial do Brasil e as diferenças entre municípios tornam essa organização complexa. Os Estados, afirmou, precisam assumir um papel importante na estruturação de redes regionais e na ligação entre a atenção básica e os serviços especializados.

Por fim, o especialista considera que a saúde deve ser poupada de eventuais cortes. Para ele, o argumento se justifica pelo fato de a saúde brasileira já ser subfinanciada em comparação com outros países. "Se a gente comparar com os países da OCDE que gastam, em termos de porcentual do **PIB**, alguma coisa parecida (com o que é gasto no Brasil), a maior parte do recurso (desses países) vai para o sistema público de saúde. Aqui no Brasil, o sistema público fica com um pouco mais de 40% e a medicina privada fica

com o restante. Só que o SUS atende toda a população."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Disparada dos juros exige cautela e títulos atrelados à inflação são opção

LEO GUIMARÃES

Os juros futuros de longo prazo abriram ontem em alta de quase 3 pontos percentuais, após a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva para um quarto mandato como presidente da República. Na sexta-feira, quando o mercado contava com a vitória de Flávio Bolsonaro (PL), os juros DI (Depósito Interfinanceiro) com vencimento em janeiro de 2035 haviam fechado em 12,65%. Ontem,

as taxas saltaram para 15,37%, reflexo das preocupações com a sustentabilidade da trajetória da dívida pública, estimada em 86% do **PIB** para 2027.

Para o investidor de renda fixa, a reação imediata é aumentar as aplicações de curto prazo, em títulos atrelados à Selic ou ao CDI, até que o novo governo Lula indique os próximos passos na área fiscal. "A gente tem de aguardar. Está muito cedo ainda, a gente não pode agir na emoção", diz Paulo Saad, sóciofundador da WFlow Invest.

Porém, travar taxas em títulos longos atrelados à **inflação** quando o mercado cobra prêmio maior também pode trazer bons resultados no futuro. Caso o governo mostre disposição para estabilizar a dívida pública e busque metas fiscais críveis, o mercado tende a reduzir o prêmio de risco futuro, abrindo espaço para a queda de juros. Mas, se a mensagem for de alta de gastos, sem financiamento sustentável, a tendência será de **inflação** e dólar pressionados. "E isso exige juros elevados por mais tempo", diz Saad. O câmbio fechou ontem com alta de 8,21%, cotado a R\$ 5,40.

Para os especialistas, o ideal agora seria manter ao menos 50% em reservas com liquidez e esperar para entender o cenário que virá. "Claro que respeitando o suitability (análise de perfil), respeitando todos os perfis que cada um possui de risco", diz Gabriel Redivo, diretor de gestão da Aware Investments.

Nesse cenário, ter até 20% da carteira em títulos de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais longos poderia fazer sentido, por exemplo. Tesouro IPCA+ de menor prazo também faz parte, já que protege a carteira da **inflação** com menos volatilidade de curto prazo na marcação a mercado.

"Ficar no pós-fixado é mais interessante porque vamos ter menos cortes na Selic. O que houve de precificação de corte nas últimas semanas, o mercado vai tirar", diz Laís Costa, analista de renda fixa da Empiricus, alertando para o fato de que, diante das incertezas atuais, investir em papéis de dívidas corporativas não é aconselhável.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lula precisa de guinada para evitar que disparada do dólar vire recessão

ALVARO GRIBEL REPÓRTER ESPECIAL E COLUNISTA DO ESTADÃO

Da página A1 O primeiro desafio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), reeleito após uma virada surpreendente contra Flávio Bolsonaro (PL), será evitar que a piora dos indicadores financeiros chegue à economia real. O dólar e os juros futuros dispararam nesta segunda-feira, 26, e a Bolsa despencou, levando a uma paralisação dos negócios logo na abertura do pregão.

Por ora, trata-se de uma forte correção nos preços dos ativos por parte do mercado financeiro, que fez apostas altas na vitória do candidato do PL. O problema é que isso pode impedir que o Banco Central continue o ciclo de queda dos juros, com risco até de alta da taxa Selic em um cenário de degradação ainda maior das expectativas. Isso colocaria o Brasil muito próximo de uma recessão, já que os indícios de desaceleração do **PIB** estão cada vez mais claros.

Lula precisa dar sinais fortes sobre o ajuste fiscal, e isso vai muito além da indicação dos nomes para a equipe econômica. Essa garantia de que o governo vai conseguir conter a disparada da dívida pública terá de vir do próprio presidente. Ainda assim, os nomes-chave para a Fazenda e o Planejamento serão acompanhados com lupa pelo mercado financeiro.

MINISTÉRIO. Um nome que cresce na bolsa de apostas é o do vice-presidente Geraldo Alckmin, que tem boa interlocução com os investidores. Foi por duas vezes governador de São Paulo e é considerado um tucano histórico. Outro que seria bem visto é Gabriel Galípolo, que ganhou credibilidade à frente do Banco Central. A saída de Galípolo, contudo, abriria o problema de o presidente ter de indicar outra pessoa para comandar a política monetária, e o BC já tem duas diretorias em aberto. Rafael Fonteles, governador do Piauí, também seria bem recebido e cresce entre os cotados. Em entrevista ao Estadão, o economista Marcos

Lisboa classificou Fonteles como um nome "excelente" para o cargo.

A manutenção de Dario Durigan, na Fazenda, e Bruno Moretti, no Planejamento, seria vista como continuidade da política econômica atual, o que tende

a dificultar essa reversão das expectativas. Moretti, contudo, tem mais chance de permanecer no cargo. Ambos sabem o que precisa ser feito para ajustar as contas públicas, mas esbarram na vontade de Lula e não demonstram capacidade para convencer o presidente a mudar de rota.

A disparada do dólar coloca forte pressão sobre o setor de combustíveis no Brasil. Com o barril do Brent na casa de US\$ 115 e o dólar no patamar de R\$ 5,40 (podendo acelerar nos próximos dias a depender dos sinais do ajuste fiscal), o custo para a manutenção dos preços internamente ficará cada vez mais alto para o governo e para a Petrobras.

O imposto de exportação de petróleo criado para financiar o subsídio não tem arrecadado como o governo esperava. A petrolífera tem evitado repassar o aumento das cotações para o consumidor final, mas esse cenário é insustentável no médio prazo. Lula irá autorizar reajustes agora que a eleição ficou para trás? Esse é apenas um exemplo de como o real desvalorizado chegará à economia real.

O presidente fez muitas promessas populistas na economia durante a campanha e terá de saber conduzir a frustração dos seus eleitores. Se escolher seguir pelo caminho de dobrar a aposta na agenda de gastos, colocará o País à beira de um precipício econômico. O pior cenário é o governo Lula 4 enfrentar uma turbulência parecida com o governo Dilma 2, com retrações em série de **PIB** e **inflação** acima do teto da meta.

O seu terceiro mandato começou errado, com aumento de gastos pela PEC da Transição. Lula terá que fazer diferente desta vez, para ter alguma chance de sucesso.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Durigan coordena com BC intervenção do Tesouro no mercado

FABIO GRANER fabio.graner@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA (Colaborou Paulo Renato Nepomuceno)

Ministro da Fazenda afirma que já conversou com Lula e que governo vai mirar o centro da meta fiscal e revisar despesas

Diante do nervosismo após a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Tesouro Nacional e o Banco Central coordenaram ações para reduzir o estresse no mercado financeiro, com o dólar disparando, a Bolsa caindo e os juros futuros dos títulos públicos subindo.

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, explicou em entrevista ao GLOBO que a intervenção do Tesouro Nacional em títulos públicos, comprando papéis, busca ajudar o mercado a voltar à normalidade.

Ontem, o Tesouro fez duas intervenções no mercado, pela manhã e à tarde, recomprando títulos públicos prefixados e indexados à **inflação**, somando mais de R\$ 14 bilhões. O objetivo era reduzir os juros que chegaram a 16,23% nos papéis com vencimento em 2032. No fechamento do mercado, ficaram em 15,24%.

Durigan disse que já conversou com o presidente Lula sobre o assunto e que também manteve diálogos com o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, para que houvesse coordenação nesse processo com a autoridade monetária.

-Eu conversei com o presidente por telefone para explicar a situação. Eu falei com o Banco Central, estou falando com o Tesouro. Depois de uma eleição como a que a gente passou, é evidente que nós temos que tomar todos os cuidados - afirmou o ministro.

Ele pediu racionalidade ao mercado e reforçou que a atuação do Tesouro busca contribuir para esse objetivo:

- Nós precisamos ter alguma racionalidade. Eu não estou falando de controle de preço, estou falando de alguma racionalidade. Então, desde a manhã (de ontem) estou falando com o Banco Central, falando com o Tesouro. O Tesouro vai intervir agora para dar racionalidade, para dar liquidez. Eu não estou falando de nível, o preço vai seguir em um nível mais alto, mas

eu estou falando de normalidade.

SUPERÁVIT

Segundo o ministro, a ação coordenada do Tesouro e do Banco Central (BC) foi necessária para que a intervenção do Tesouro não pesasse desproporcionalmente sobre o câmbio.

O BC fez leilão de swap cambial, uma venda futura de dólar, no valor de US\$ 3,75 bilhões. A cotação da moeda caiu do patamar de R\$ 5,60 na abertura do mercado e fechou em R\$ 5,40, alta de 8,2%.

Durigan salientou ainda que o governo Lula vai buscar a estabilidade, trabalhar a política fiscal mirando o centro da meta de resultado primário, que prevê para o ano que vem um superávit de 0,50%, e avançará na revisão de despesas obrigatórias. Afirmou também que discutiu a não prorrogação de parte das medidas parafiscais tomadas ao longo do ano.

-Nós vamos adotar as medidas necessárias para estabilizar a situação financeira do país, inclusive dívida, juros, câmbio a médio e longo prazos. Nós vamos aumentar o tamanho do superávit primário. Nós vamos trabalhar para estabilizar a dívida pública, para coordenar com o Banco Central e, na medida da autonomia do Banco Central, permitir baixar a taxa de juros -disse o ministro.

De acordo com Durigan, a intenção é seguir fazendo a revisão de gastos públicos, o controle de despesas obrigatórias e não dar mais continuidade a parte das despesas financeiras feitas este ano.

Ele informou ainda que tem mantido contato com agentes do mercado e destacou que é importante que não "haja chantagem de um lado e nem retaliação de outro".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pausa na negociação é mecanismo de proteção ao investidor

MAYRA CASTRO mayra.castro@oglobo.com.br

Medida permite ajustar preços e taxas dos papéis. Quem mantém títulos até o vencimento garante as condições contratadas

O Tesouro Direto suspendeu as negociações na manhã de ontem, em meio à turbulência no mercado após o segundo turno das eleições presidenciais. Segundo o Tesouro Nacional, a interrupção ocorre devido à alta volatilidade nas taxas de juros dos títulos públicos. Após a suspensão, as negociações foram retomadas no período da tarde. A pausa é um procedimento previsto nas regras do programa para atualizar os preços e as taxas dos papéis às condições do mercado.

As taxas oferecidas pelo programa têm como referência o mercado secundário, no qual investidores negociam títulos públicos já emitidos. Em dias de maior volatilidade, os juros dos títulos públicos podem mudar rapidamente, fazendo com que os valores disponíveis na plataforma fiquem defasados. A pausa permite atualizar condições de compra e venda antes da retomada de operações.

Segundo o Tesouro Nacional, a suspensão busca assegurar a adequada formação dos preços e proteger o investidor, evitando que compre um título por um preço mais alto ou venda por um valor mais baixo do que o considerado justo nas condições daquele momento.

Gustavo Spinola, estrategista da Sincra Investimentos, explica que interrupções nas negociações são usadas em diferentes mercados durante movimentos muito intensos. As pausas dão ao investidor tempo para avaliar informações:

- É uma forma de tentar acalmar investidores, dar um tempo para todos pensarem, discutirem e tentar suavizar o movimento, que pode ser uma corrida sem muito parâmetro para quem está investindo.

"NÃO É UMA CRISE ECONÔMICA"

Ontem, investidores passaram a rever expectativas para a economia após a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para Spinola, o movimento reflete

mudança brusca nas apostas do mercado.

- Não é uma crise econômica, é uma reversão muito grande nas projeções de investidores locais e internacionais sobre como devem ser os próximos quatro anos, em termos de **inflação**, juros, câmbio, o que esperar no geral da política econômica que será praticada no Brasil - diz.

O impacto depende, principalmente, de quando o investidor quer resgatar o dinheiro. Quem mantém a aplicação até o vencimento conta com as regras contratadas, conforme a modalidade escolhida.

- Quem tem esse investimento visando o retorno até o vencimento, não muda muita coisa. Muda mais para quem se programou para vender antes do vencimento - explica Spinola.

Para quem pretende vender antes desse prazo, o valor recebido depende do preço do título no mercado no momento da operação, podendo resultar em rendimento menor que o esperado ou até prejuízo.

O valor dos títulos é atualizado conforme os preços de negociação no mercado, procedimento conhecido como marcação a mercado. Nos papéis prefixados e nos atrelados à **inflação**, uma alta das taxas de juros de mercado reduz o preço dos títulos já emitidos. Quando as taxas caem, ocorre o contrário, e os papéis podem se valorizar.

Essas oscilações não alteram as condições de remuneração contratadas para quem mantém o título até o vencimento.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"SERÁ PRECISO DAR UMA GUINADA DE 180° NA ECONOMIA"

JOÃO SORIMA NETO

DAYAFTER

ENTREVISTA

Luiz Fernando Figueiredo / sócio da Jubarte Capital

Para especialista, é preciso criar uma trajetória de queda de gastos para que o mercado passe a acreditar no governo. Ele estima que é necessário fazer um ajuste de 3% do **PIB**, mas não necessariamente no primeiro ano

Se o governo reeleito do presidente Lula não der uma guinada na política econômica, o país corre o risco de entrar em recessão já em 2027, diz o ex-diretor do Banco Central Luiz Fernando Figueiredo, sócio e conselheiro da Jubarte Capital. Sem um ajuste fiscal que chegue próximo de 3% do Produto Interno Bruto (**PIB**), o equivalente a cerca de R\$ 380 bilhões, dificilmente o Banco Central conseguirá baixar juros.

- Aliás, o Banco Central terá de aumentar os juros diante de pressões inflacionárias com o aumento recente de gastos do governo. O presidente gastou na campanha mais R\$ 350 bilhões - diz Figueiredo.

Ele deu a seguinte entrevista ao GLOBO:

Qual o principal desafio do governo reeleito?

Na área econômica, será preciso dar uma guinada de 180°, e, se o governo não o fizer, vai ser um desastre. Estamos caminhando para um processo recessivo fortíssimo. A política fiscal já estava insustentável e, durante a campanha, foram gastos mais de R\$ 350 bilhões. Os mercados não estão assim hoje (Bolsa em forte queda e dólar valorizado) porque gostavam do Flávio Bolsonaro. É porque o que o Lula fez foi absolutamente irresponsável durante a eleição. Até agora ele não fez o ajuste fiscal, fez o contrário. É uma situação muito grave.

Qual o tamanho do ajuste fiscal necessário?

A questão não é fazer um ajuste no primeiro ano. É preciso criar uma trajetória (de ajuste que leve à queda da dívida). Mas essa trajetória está no sentido oposto. Cria-se um arcabouço fiscal, mas gasta-se uma

fortuna fora do arcabouço (os chamados gastos paraíscais). E depois se diz: "olha, eu estou cumprindo". Mas está cumprindo o quê? Só cumpriu formalmente, sendo que na essência todo mundo sabe que não cumpriu. Ele usou, abusou e descumpriu. E agora, então, o governo vai fazer o certo? Ninguém torce pelo contrário, mas o problema é que as evidências são muito ruins.

Mas quanto o senhor estima que será preciso cortar em despesas?

Estamos falando de uns 3% do Produto Interno Bruto (**PIB**) (o equivalente a R\$ 380 bilhões). Mas não precisa ser feito no primeiro ano. Você vai fazendo ao longo do tempo, mas, repito, é preciso criar uma trajetória de queda de gastos para as pessoas acreditarem no governo.

Onde o governo poderia cortar gastos?

Tem um monte de coisas. O governo, nos últimos quatro anos, ampliou os gastos em termos reais em 6% ao ano. Então, tem muita coisa para cortar, há muito desperdício. O Brasil não é um país que arrecada pouco. Arrecada muito, só que gasta muito mais. Tem um leque de coisas para fazer, algumas despesas você não deveria deixar crescer mais que a **inflação**, por exemplo. Cortar incentivos tributários também é uma parte desse processo.

A queda dos juros depende desse ajuste?

Do jeito que está, o juro vai ter de subir. Não tem jeito, o juro nunca é causa, ele é sempre consequência de uma série de fatores. E os fatores são todos na direção oposta a se fazer uma queda de juros. A **inflação** fica pressionada com esses gastos e obriga o BC a aumentar os juros, que tem uma meta, que precisa minimamente cumprir.

Com esse juro elevado, a economia já vem desacelerando. O que esperar para 2027?

Eu não tenho a menor dúvida de que caminhamos para uma recessão. Ainda está tudo muito novo, mas para mim o crescimento do ano que vem é negativo. Já estávamos num processo de desaceleração, que vai ser muito acentuado em 2027. Ainda, é claro, existe uma possibilidade de o governo reagir, embora

ele não tenha feito isso em nenhum momento.

Qual o perfil para o Ministério da Fazenda que você acha mais indicado? Dario Durigan deveria ficar?

O Durigan fala que o problema é o juramento. Mas o juramento é a causa, é a consequência. Acho que o governador do Piauí, Rafael Fonteles, apontado como principal cotado para assumir o Ministério da Fazenda, é um bom nome.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"Reação dos mercados é excessiva, mas Lula deve agir em três meses"

"A economia é um tipo de meteorologia em que a previsão do tempo afeta o próprio tempo"

Escaldado em crises econômicas e campanhas eleitorais, o economista Eduardo Giannetti diz que tanto os agentes do mercado financeiro quanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), reeleito no domingo com mais de 64 milhões de votos, deverão calibrar suas atitudes para não atrair tempestades.

Giannetti, escritor de 69 anos que integra a Academia Brasileira de Letras (ABL), diz que a expectativa da Faria Lima sobre a política de cortes que viria a ser implementada por Flávio Bolsonaro (PL), o preferido dos investidores brasileiros, era baseada na percepção de uma "mentira funcional". Assessor econômico de três candidaturas da ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva, Giannetti aprendeu com a experiência que não se detalha política fiscal com a bola em jogo. "Você tem que ficar no que o Nelson Rodrigues chamava de "o dorso liso das generalidades"".

Para Giannetti, agora é a hora dessas definições, e Lula deveria repetir o modelo de seu primeiro governo, quando chegou a superávit primário de 4% do PIB. "A lição fundamental do Lula 1 é a seguinte: para fazer política social sustentável, tem que aceitar um pouco de sacrifício na entrada. Uma coisa não é contrária à outra. Se você aceitar uma correção, um freio de arrumação na entrada, é isso que vai abrir espaço para fazer política social generosa e de qualidade ao longo do mandato", disse.

A seguir, os principais trechos da entrevista concedida ontem, por Zoom, ao Valor:

Valor: Como o senhor avalia a reação do mercado financeiro à vitória do presidente Lula? Por que o mercado não se preparou para a hipótese de reeleição, mesmo as pesquisas dando empate técnico?

Eduardo Giannetti: Eu avalio que está havendo uma reação excessiva a uma mudança de expectativas. Esse tipo de reação excessiva não é incomum, ele ocorre com razoável frequência. Na experiência eleitoral brasileira, aconteceu quando Lula ganhou pela primeira vez as eleições presidenciais, em 2002. Quando ele quase venceu no primeiro turno os

mercados reagiram de maneira dramática. A Bolsa caiu 25%, o real derreteu, agravando um quadro de pressão inflacionário que já estava rodando em dois dígitos. Foi um movimento dramático. Quando o Lula ganhou no segundo turno, isso já estava no preço, basicamente. Mas, mesmo assim, teve impacto baixista.

Valor: Mas, em 2002, entre o primeiro e o segundo turnos, Lula fez uma série de encontros com empresários e banqueiros, publicou a Carta ao Povo Brasileiro. Mas ainda assim havia um imponderável, um desconhecimento sobre como seria Lula presidente, certo?

Giannetti: Havia um risco Lula. Ele assume, nomeia uma equipe muito técnica no Ministério da Fazenda, aumenta o superávit em relação ao que vinha sendo praticado no governo Fernando Henrique, o que não estava no radar de absolutamente ninguém. Nós chegamos a ter superávit primário da ordem de 4% do PIB durante alguns meses, alguns anos, no início do governo do primeiro mandato. O real se apreciou. Aquela **inflação** de dois dígitos era considerada [batalha] perdida, achava-se que o governo Lula jamais iria conseguir fazer isso, voltar para um sistema de metas cumpridas e, no entanto, voltou, com a apreciação cambial. E o Brasil obteve "investment grade" [grau de investimento das agências internacionais de classificação de risco]. Acho que a receita é essa: repetir o Lula 1.

Valor: Voltar ao modelo da gestão de Antonio Palocci na Fazenda?

Giannetti: Vamos precisar agora de uma PEC da transição às avessas. O erro desse primeiro mandato agora [Lula 3] é que exagerou no expansionismo fiscal no início do mandato. E depois tentou fazer o arcabouço fiscal, mas ele ficou muito fragilizado por uma série de expedientes aos quais o governo foi recorrendo para manter, pelo menos na aparência, algum tipo de contenção real das contas públicas. Vamos precisar agora fazer o caminho contrário, voltar para o Lula 1. E a lição fundamental do Lula 1 é a seguinte: para fazer política social sustentável, tem que aceitar um pouco de sacrifício na entrada. Uma coisa não é contrária a outra. Se você aceitar uma correção, um freio de arrumação na entrada, é isso que vai abrir espaço para fazer política social

generosa e de qualidade ao longo do mandato. O que não pode é entrar com o afã de já pisar no acelerador.

Valor: O presidente Lula foi reeleito basicamente por um movimento popular que tem muitas demandas sociais, de investimento em educação, escola integral, SUS. Como se dará o equilíbrio entre essas demandas e a questão fiscal?

Giannetti: A mensagem que Lula tem que dar é a seguinte: "Eu não vou trair minhas promessas de campanha, mas preciso colocar a economia em ordem para poder atendê-las para valer". É uma sequência. Ele tem que usar muito bem o início do mandato. Os primeiros três meses dão o tom do que será o mandato. É o momento em que o Executivo tem capital político, em que ele pode liderar junto ao Congresso, que ainda está desarticulado.

Valor: O presidente Lula pisou no acelerador com medidas como aumento real do Bolsa Família?

Giannetti: O aumento do Bolsa Família foi a correção da **inflação** acumulada nos últimos anos. Não é uma coisa extravagante assim. É importante dar a ordem de magnitude do que a gente está falando. Estamos com um déficit primário de 0,5% a 1% do **PIB**, contando tudo, sem maquiagem. Para colocarmos a dívida pública numa trajetória de estabilidade ao longo do tempo, acredita-se que [seja necessário] alguma coisa em torno de 1,5% do **PIB** de superávit primário, o que abre espaço para uma boa redução do juro básico, caminhando para uma relação de estabilidade da dívida pública em

relação ao **PIB**. Portanto, nós estamos falando de um delta de ajuste fiscal de 2 a 2,5% do **PIB**. Não é uma coisa inalcançável e completamente heroica. É exequível.

Valor: Quanto a essa reação exagerada do mercado nesta segunda-feira: ela é fruto de uma aposta errada, um erro de cálculo? Ou há também, embutida na reação, uma pressão pela escolha de um ministro da Fazenda que seja mais partidário dessa linha de ajuste fiscal, que seja um nome considerado mais confiável para o mercado?

Giannetti: A causa dessa mudança de humor do mercado financeiro é uma quebra de expectativas. Os grandes investidores estavam com posições compradas, imaginando uma vitória de Flávio Bolsonaro e algum tipo de ação mais contundente do lado fiscal. Essa expectativa foi quebrada. É um pouco conspiratório achar que o mercado financeiro vai coordenadamente agir para pressionar o governo a fazer alguma coisa. Agora, esse susto pode, sim, e deve até ter um efeito para que o governo preste

atenção e não comprometa o mandato perdendo o pé da situação econômica. Mas não é uma coisa deliberada, é um efeito. O que será efetivamente feito é metade. A outra metade é administrar as expectativas do mercado financeiro. O mercado financeiro age muito com base no que ele imagina que será o futuro, as expectativas. Tão importante quanto o que é concretamente feito, que tem que ser crível, e aí a figura do ministro da Fazenda tem que ser escolhida com muito critério. Tão importante quanto esse lado, digamos, da objetividade, é o lado da subjetividade. É saber lidar e administrar corretamente as expectativas do mercado financeiro, não brigar com o mercado financeiro. A economia é uma espécie de meteorologia em que a previsão do tempo afeta o próprio tempo. Se as pessoas acreditam que vai vir uma tempestade, a tempestade acontece. Se as pessoas acreditam que o tempo vai ficar ótimo, o tempo vai melhorar, que o Sol vai sair, o tempo melhora, porque a expectativa tem uma força muito grande no comportamento, especialmente em mercados como Bolsas, mercados de câmbio, que são muito voláteis por natureza.

Valor: Ainda no tema da quebra de expectativa do mercado na vitória de Flávio Bolsonaro: durante a campanha, o candidato do PL falou de tesouração, mas ele não deu muitos indícios concretos de qual seria a política de ajuste fiscal. Nos debates, negou cortes no SUS, negou corte no aumento real do salário mínimo e até das aposentadorias, que são consensuais nos mercados. Era expectativa de que Bolsonaro faria esses cortes ou wishful thinking?

Giannetti: A minha leitura é que o mercado financeiro entendia que na campanha eleitoral essa mentira era funcional, mas que era uma mentira. E que ele estava dizendo aquilo apenas uma finalidade instrumental de vencer uma eleição apertada.

Valor:

Isso não é o que se chama estelionato eleitoral?

Giannetti: Exatamente.

Valor: Na Argentina, o ultradireitista Javier Milei ganhou a eleição presidencial de 2023 com uma motosserra nas mãos. Anunciou os cortes que depois fez. Por que no Brasil é diferente?

Giannetti: A situação da Argentina era muito mais crítica do que a nossa. Uma situação de UTI, e aqui não é. Eu participei intensamente de três campanhas eleitorais, como assessor econômico da Marina Silva em três campanhas. E aprendi uma coisa: em campanha eleitoral não se detalha política fiscal. Você tem que ficar no que o Nelson Rodrigues chamava o

dorso liso das generalidades. Eu não tinha nenhuma expectativa de que durante essa campanha qualquer dos candidatos fosse específico e concreto em relação ao que realmente pretende fazer.

mercado financeiro da Faria Lima.

Valor: Como o projeto liberal, fiscalista ou de direita vai sobreviver e até avançar no Brasil sem o carisma e até a demagogia dos Bolsonaro, que foram o veículo para isso nos últimos anos?

Giannetti: O freio de arrumação fiscal que o Brasil precisa não tem nada a ver com fiscalismo ou com direita. É um passo necessário para recuperar a capacidade de políticas públicas consequentes do governo. E se ele [Lula] não der esse passo, vai meter os pés pelas mãos. Ele vai ver a economia se deteriorar e vai ter condições muito piores para fazer qualquer tipo de política social, eventualmente com a volta da inflação, que é a pior política social que se pode ter.

Valor: Quem viveu a época da hiperinflação sabe que isso significa.

Giannetti: Aí volta para aquela coisa difícil no Brasil, que é aceitar algum sacrifício no início para colher um benefício depois. Somos uma das culturas que mais resiste a esse tipo de troca intertemporal. Lula 1 fez. Aceitou um sacrifício na entrada para fazer um mandato maravilhoso, que eu acredito que foi o melhor momento da redemocratização no Brasil. O resultado foi espetacular. É verdade que o mundo ajudou o Brasil.

Valor: Foi a época do boom das commodities. E agora, como está o cenário internacional?

Giannetti: O mundo hoje vai ajudar o Brasil. O fim da hiperglobalização é uma excelente notícia para a economia brasileira. Isso nos permite repensar e reposicionar nossa inserção na economia mundial. O Brasil tem muito a ganhar com a busca que existe hoje no mundo por diversificação de fornecedores nas cadeias de produção, por segurança. Temos uma situação de segurança geopolítica muito especial, por dotação de recursos que são incomparáveis no mundo. O mundo vai precisar do Brasil, da oferta alimentar brasileira. O Brasil tem minerais críticos, tem terras raras, tem oferta de energia renovável e sustentável, tem água doce, que é talvez o elemento mais decisivo hoje de geoeconomia, temos biodiversidade e temos uma condição boa de interlocução com os Estados Unidos, com a União Europeia e com a China. E podemos fazer com que a rivalidade entre esses grupos jogue a nosso favor. O mundo vai precisar de nós, assim como nós precisamos do mundo. Os investidores estrangeiros estão muito mais animados com o Brasil do que esse

Republicanos e PL concentrarão mais de 60% dos orçamentos estaduais em 2027

Marta Watanabe De São Paulo

A partir de 2027 os governadores dos partidos de direita ficarão com mais da metade do orçamento total dos 26 Estados e Distrito Federal. Juntos, Republicanos e PL mais que dobrarão a fatia de receita estadual que detêm pelos mandatos atuais.

O Republicanos continua com o maior pedaço do orçamento e amplia a fatia dos atuais 25,6% para 35,4%. O PL avança de 4,3% para 25,7%. Juntas, as duas legendas, atualmente com 29,8% do orçamento total, ficarão com 61,1% a partir do ano que vem. O quadro traz desafio adicional ao presidente reeleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para coordenar políticas envolvendo Estados rumo ao ajuste fiscal considerado necessário.

Dentre os 27 governadores de Estados e DF, o Republicanos e o PL elegeram total de dez. Entre eles, os que ficarão à frente dos cinco maiores orçamentos estaduais. O Republicanos garantiu em primeiro turno os governadores Tarcísio de Freitas, reconduzido em São Paulo, e Cleitinho Azevedo, eleito em Minas Gerais. São, nessa ordem, as duas maiores receitas do país. São Paulo tem praticamente um quinto do orçamento agregado (19,3%) e Minas tem 9,5%.

O PL elegeu mandatários no Rio de Janeiro (7,8%), com Douglas Ruas, Rio Grande do Sul (6,1%), com Luciano Zucco, e Paraná (5,8%), com Sergio Moro.

O quinto maior orçamento, com fatia de 5,4%, é o da Bahia, onde as urnas reelegeram o atual governador Jerônimo Rodrigues, do PT. A legenda de Lula continuará com a terceira maior fatia orçamentária e manterá o atual quinhão de 12%. O PT reconduziu também Elmano de Freitas, no Ceará, e Rafael Fonteles, no Piauí. E elegeu Cadu de Lula para o governo potiguar. O PSDB, atual segundo lugar, com 12,3% das receitas, ficará com apenas 2,8% a partir de 2027. O ranking considera a receita orçamentária de 2025. O orçamento total dos 26 Estados e DF será de R\$ 2,59 trilhões em 2027, em valores atualizados pela expectativa mediana da variação do IPCA do boletim Focus, do Banco Central.

Além de São Paulo e Minas, o Republicanos também reelegeu Otaviano Pivetta, no Mato Grosso, em primeiro turno, e garantiu no domingo o mandatário a

partir do ano que vem no Espírito Santo, com Lorenzo Pazolini. O PL reconduziu Jorginho Mello no governo catarinense e elegeu Marcos Rogério em Rondônia e Arthur Henrique em Roraima, todos os três vitoriosos na primeira fase da disputa.

O fortalecimento da direita, muito claro não só no quadro dos governadores, como dos parlamentares, tanto estaduais quanto federais, deve ser um desafio ao governo federal, diz Rafael Cortez, analista político da Tendências.

Cortez diferencia a direita da centro-direita. "Embora exista avanço da direita, especialmente do PL, uma parte disso se dá em cima da centro-direita. Por exemplo,

Omar Aziz [eleito governador do Amazonas], do PSD, além de outros, vão de alguma maneira precisar do governo para evitar que o bolsonarismo tome conta do campo da direita. A ideia de uma centro-direita ressurgir é facilitada com algum tipo de cooperação com o governo federal." Nessa linha estão, além dos governadores do PSD, alguns do PP, avalia Cortez. "Há a concorrência entre o antipetismo e isso pode ajudar o governo a conseguir um canal de diálogo com a centro-direita. É um espaço de governabilidade que pode ser aproveitado por Lula", diz Cortez.

Entre os governadores do Republicanos, as maiores atenções ficam sobre Tarcísio de Freitas, diz. "O partido vai depender muito dele." Ex-ministro de Infraestrutura do governo de Jair Bolsonaro, Tarcísio acompanhou a apuração dos votos à presidência no domingo ao lado de Flávio Bolsonaro (PL).

A principal incerteza, avalia Cortez, é qual será o comportamento de Tarcísio na construção do seu projeto político. "Não se sabe se ele vai construir o seu projeto alinhado à família Bolsonaro, eventualmente até migrando para o PL ao longo do mandato. Ou se ele está pensando em construir o seu projeto político com um grau de autonomia, tendo que dialogar com outras forças políticas."

Para Manoel Pires, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), o atual cenário dos governadores pode dificultar a coordenação federativa da União na discussão do ajuste fiscal. "É difícil ver só o governo federal

fazendo o dever de casa para resolver o problema fiscal num quadro em que os entes subnacionais ganharam muita importância em função do crescimento das despesas no último ciclo governamental."

menores.

No atual mandato, diz, houve reações negativas dos Estados de oposição em relação à União. "São Paulo, por exemplo, disputou politicamente, de forma conflituosa, a paternidade de investimentos", lembra. Um dos casos mais emblemáticos foram as obras do túnel Santos-Guarujá. O Congresso mais vinculado ao PL também pode se tornar mais favorável, diz, a pautas defendidas pelos Estados.

Na seara fiscal, os governadores podem enfrentar um quadro mais desafiador que o do mandato atual. Na gestão que se encerra em 2026 a maior parte dos Estados contou com um caixa relativamente cheio usado para alavancar investimentos que serviram de vitrine na corrida eleitoral. Na primeira metade do ano os investimentos alcançaram R\$ 42,9 bilhões no agregado, recorde para o período. O valor ficou 13,9% acima do de 2022, também ano de eleições e pico histórico anterior. "Sabemos da relação entre investimentos altos hoje e aumento de gastos correntes amanhã", diz Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX.

Os Estados, diz Barros, assim como a União, precisam colocar nas agendas o corte de gastos. Reformas como a administrativa e a previdenciária podem ter papel importante, aponta. O ideal, nota, é que as reformas estruturais sejam conduzidas pela União e incluam os governos regionais.

Para o próximo mandato, diz Barros, não se espera que a receita seja tão favorável, ao menos no início da gestão, considerando a expectativa de desaceleração da economia. A mediana das estimativas do Focus aponta para crescimento de 1,8% do **PIB** para este ano, com desaceleração para 1,3% em 2027.

O ambiente será propício à estratégia comum entre os governadores de fazer um "freio de arrumação" no primeiro ano do mandato, diz Pires. "Isso será importante para dar longevidade fiscal para esse mandato, nesse contexto."

O espaço fiscal que os governadores terão, diz Pires, influencia no tipo de decisão e nas necessidades à frente. A situação entre os Estados, nota, é heterogênea. Há Estados, lembra, que já têm falado em dificuldade financeira, outros ainda não. O Propag, programa de renegociação de dívidas oferecido pela União, beneficia muito alguns Estados, mas, ao mesmo tempo, avalia, inclui mecanismos de redistribuição que podem abrir espaço fiscal a Estados

IBGE promete atualização metodológica nos próximos meses

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmou, em nota ao Valor, a publicação de nova série das Contas Nacionais em 2028. A manifestação se seguiu a pedido de entrevista sobre a atualização da nova série para o Produto Interno Bruto (**PIB**). O instituto informou que, "nos próximos meses", novas notas metodológicas e seminários sobre o tema serão lançados. Mas não respondeu se informações da nova Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e do novo Censo Agropecuário serão incorporadas na atualização em curso do Sistema de Contas Nacionais (SCN).

"O trabalho de produção da nova série de Contas Nacionais está sendo feito em paralelo à produção de parte dos produtos da série atual, com a publicação das Contas Trimestrais, das Contas Regionais

e das Estatísticas de Finanças Públicas ainda no padrão da série com ano de referência 2010, até a publicação da nova série, em 2028", disse o instituto, em nota.

O IBGE também confirmou lançamento de novas notas. "Assim como nas mudanças de série anteriores, as notas metodológicas para informação e comentários terão novas versões produzidas a partir dos comentários enviados por usuários para o endereço de e-mail listado nas notas (contas.nacionais@ibge.gov.br)", informou o instituto. "Atualizações devem, então, ser feitas de forma rotineira, levando em conta comentários externos, atualizações de cronograma e questões metodológicas ou relacionadas às bases de dados adotadas ao longo do trabalho de estimativa da nova série", detalhou o instituto, acrescentando que outras notas metodológicas serão produzidas nos próximos meses detalhando itens específicos.

O IBGE confirmou a realização de seminários sobre o tema nos próximos meses, "como foi feito também na revisão anterior das Contas Nacionais, para apresentar esses itens ao público".

O instituto destacou que a nova POF e parte do Censo Agropecuário serão lançados antes da nova série do **PIB**. "A nova série incluirá mudanças metodológicas da nova edição do System of National Accounts (SNA 2025), manual de referência publicado por ONU, Comissão Europeia, Fundo Monetário Internacional,

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e Banco Mundial."

O Valor questionou diretamente o instituto se informações da nova POF, e do novo Censo Agropecuário serão incorporadas na atualização do SCN. O IBGE não respondeu.